

Governo pode voltar à moratória, se não houver adesão de credores

BRASÍLIA — O Governo já não tem certeza sobre um desfecho favorável na renegociação da dívida externa, porque às dificuldades enfrentadas, até agora, na adesão dos bancos credores, somaram-se as decisões da Comissão de Sistematização de mudar o regime político para Parlamentarismo e reduzir para quatro anos o mandato do Presidente José Sarney. Se este quadro se configurar em um impasse nas negociações, sem a assinatura de um acordo, o Governo será obrigado a, novamente, suspender os pagamentos e voltar à moratória.

Esta foi a avaliação feita, ontem, por importantes assessores do Governo, que identificam um quadro político interno que transforma em uma verdadeira incógnita o desfecho das negociações, que serão reiniciadas em dezembro, pelo Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Fernando Bracher.

Na avaliação destes assessores, só restam duas alternativas: pessimista e otimista, que refletem o conflito que caracterizará a atuação dos credores. "Eles simplesmente podem não querer assinar um acordo de longo prazo e correrem o risco de serem obrigados, dentro de alguns meses, a reclassificarem os créditos brasileiros, ou terem pressa e assinarem um acordo para receberem, pelo menos, alguns dólares emprestados ao Brasil".

A alternativa da assinatura de um

acordo ocorreria muito mais por interesse dos bancos, de não terem de declarar prejuízos nos seus balanços do próximo ano, do que um sentimento de ajuda financeira ao Brasil, ponderam estes assessores, explicando que "todos devem esquecer a entrada de dinheiro novo no País", porque o que se negociará é apenas a rolagem da dívida. Até mesmo os recursos que seriam obtidos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), um pouco mais de US\$ 1 bilhão, tem uma destinação: pagar a dívida brasileira junto à instituição.

A instabilidade do quadro político impede, inclusive, o Presidente Sarney de governar "com seus amigos e não se submeter a condicionamentos políticos" e anunciar, de imediato, um acordo com o FMI, que garanta o crescimento econômico e não sacrifique os trabalhadores com um arrocho salarial". O Presidente poderia fazer isto, mas, se prevalecer o Parlamentarismo, em março do próximo ano, tudo mudará, porque o Primeiro-Ministro será dos quadros do PMDB e nada indica que esta linha de entendimentos seja mantida", avaliam as fontes do Governo.

Estes assessores temem que, antes do dia 15 de janeiro, data prevista para o fechamento do acordo de longo prazo, não haja uma definição no Plenário da Constituinte, contribuindo, ainda mais, para agravar o clima de incerteza.